

Sarney agora pede pressa

Sarney muda tática adotada há oito dias e determina apoio ao esforço concentrado

BRASÍLIA — Todo apoio ao "esforço concentrado" do deputado Ulysses Guimarães para encerrar os trabalhos da Constituinte em setembro. Esta foi a orientação dada ontem pelo presidente José Sarney às lideranças do governo, numa investida para conseguir a rápida aprovação da nova Constituição. "O presidente não quer criar polêmica a estas alturas. Uma vez promulgada a nova Carta, ele estará preparado para cumpri-la", afirmou o líder do PMDB no Senado, Saldanha Derzi (MS).

Sarney deu suas orientações aos líderes em reunião pela manhã no Palácio da Alvorada, depois de um fim de semana prolongado em São José do Pericumã. O líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), não compareceu porque estava viajando. Pelo mesmo motivo, Marcondes Gadelha (PB), líder do partido no Senado, mandou em seu lugar o vice-líder Edison Lobão (MA). Carlos Sant'Anna (BA), líder do PMDB na Câmara, foi um dos que compareceram, apesar de ter criticado, na semana passada, a agilidade que Ulysses vem tentando imprimir à votação. Sant'Anna chegou a propor, no fim de semana, a realização de um "terceiro turno" para permitir a correção de pontos que colocam a "governabilidade" do País em risco.

Ulysses desmente os jornais

BRASÍLIA — O deputado Ulysses Guimarães negou ontem as declarações a ele atribuídas no sábado, no município mineiro de Nova Serrana, de que o PMDB deveria usar a Constituinte como principal bandeira nas eleições municipais de novembro. "Sou um político experiente, um veterano. Não ia dizer que a Constituinte será cabo eleitoral do PMDB", esclareceu.

Ulysses fez o desmentido quando interpelado, no plenário da Constituinte, pelo deputado Victor Faccioni (PDS-RS), que se disse surpreso com o teor das declarações. Ao negar categoricamente o fato, o dirigente peemedebista garantiu que nunca faria afirmações "chulas". E acrescentou: "A Constituinte é dos constituintes".

Segundo Derzi, Sarney voltou "mais tranqüilo" do sítio, para onde foi na noite de quinta-feira com sintomas de stress e labirintite. "Está calmo, sereno", contou o senador. "Sua maior preocupação, neste momento, é adaptar a administração federal à nova realidade que a Constituinte está traçando", acrescentou, e concluiu: "O presidente não admite discutir a soberania da Constituinte, que reconhece como plena".

NOVA POSIÇÃO

A orientação dada ontem pelo presidente José Sarney difere da que ele mesmo deu na semana passada às lideranças do governo. Há oito dias, o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), depois de reunião matinal com o presidente, no Palácio da Alvorada, disse que o governo não tinha pressa em concluir as votações de segundo turno da Constituinte. Acrescentou que o presidente havia instruído os líderes governistas a tratar "com parcimônia" as fusões de emendas, feitas com o objetivo de acelerar os trabalhos, pois em alguns casos não estava havendo tempo para refletir sobre o que era votado.

Por sua vez, o deputado José Lourenço, líder do PFL na Câmara, afirmou que não colaboraria com o esforço concentrado de votações: "Marcar sessões aos sábados e domingos é demagogia barata". A isso reagiu o governador gaúcho Pedro Simon (PMDB), para quem não tinham sentido "as articulações de lideranças do PFL, ligadas ao presidente Sarney, para impedir um ritmo melhor nas votações".



Derzi, deixando o Alvorada: Sarney não quer polêmica

Sant'Anna quer mais um turno para votação

BRASÍLIA — A criação de um terceiro turno de votações do projeto de Constituição foi proposta ontem pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Ele argumentou que é preciso legalizar os dispositivos que surgiram como inovação agora, no segundo turno, a título de modificação ou acréscimo do projeto aprovado em primeiro turno. "Pela emenda que convocou a Constituinte, toda matéria precisa ser votada em dois turnos, e há reunião de emendas do segundo turno que inovaram, sendo portanto votadas uma vez só", explicou.

Sant'Anna já discutiu o terceiro turno com Ulysses Guimarães, que prometeu analisar a proposta com o líder do PMDB, Nelson Jobin, e com o senador Afonso Arinos. O único problema é o atraso inevitável na conclusão dos trabalhos da Constituinte, e este foi justamente um dos pontos questionados ontem durante a reunião dos líderes do governo com o presidente Sarney, pela manhã, no Palácio da Alvorada.

O senador Saldanha Derzi, líder do governo no Senado, disse que o presidente pediu empenho dos seus líderes para facilitar a conclusão dos trabalhos no tempo mais rápido possível. "O presidente está convencido de que, quanto mais demorar a Constituição, pior para seu governo", disse o senador. "Sarney quer se organizar, tocar a administração, definir as obras que vão parar, as novas competências e o que será ainda possível fazer para entregar um governo mais ordenado ao sucessor", explicou.

O assunto principal da reunião, entretanto, foi o orçamento que será enviado ao Congresso até o final do mês e que o governo espera ver aprovado: "É uma adaptação à futura realidade da Constituição, e é um dever do Congresso aprovar", concluiu Derzi. Os líderes do governo no Senado e na Câmara encontraram um presidente recuperado do mal-estar e do cansaço notados no final da semana passada: "Ele estava des-cansado, risonho e em estado excelente", afirmaram.



Sant'Anna: inovações têm de ser votadas duas vezes

Nomeação de Alexandre é mais difícil

BRASÍLIA — Dificilmente se conseguirá um acordo que possibilite a nomeação do senador Alexandre Costa (PFL-MA) para o governo do Distrito Federal. O Artigo 55, alínea D do inciso II do texto aprovado no primeiro turno, proíbe aos parlamentares acumularem mais de um "cargo ou mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal". Como o governador do DF passará a ser cargo eletivo com a promulgação da nova Carta, Costa fica impossibilitado de assumi-lo sem perder o mandato. Uma modificação implicaria acordo, considerado virtualmente impossível, entre todos os partidos.

Na sessão de ontem na Constituinte, os líderes adiantaram vários artigos. Houve acordo nos seguintes itens:

Competências do Distrito Federal: os líderes votaram pela aprovação de uma emenda que dá ao Distrito Federal todas as competências reservadas aos estados e municípios.

Aposentadoria do servidor público: fica mantido o texto do primeiro turno, que garante aposentadoria integral em caso de acidente ou doença contraída em serviço, além de doenças contagiosas ou incuráveis.

Reuniões do Congresso Nacional: o Congresso fica obrigado a reunir-se, anualmente, de 15 de novembro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

Blocos parlamentares: os blocos parlamentares não terão representação nas Mesas do Congresso ou em suas comissões.

Medidas provisórias: o presidente poderá adotar medidas provisórias — decretos-leis — em caso de urgência, submetendo-as depois ao Congresso.

Limitação dos Tribunais de Contas estaduais: o atual texto limita os Tribunais estaduais a sete conselheiros. Três emendas que suprimissem esse limite foram rejeitadas.

Posse de presidente e vice: Foi rejeitada uma emenda do deputado Arnaldo Martins propondo que o presidente tem de assumir em dez dias ou o cargo será considerado vago.